

2. Despachos, Éditos, Avisos e Declarações

ÓRGÃOS DE SOBERANIA

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Direcção-Geral do Turismo

Comissão de Utilidade Turística

Aviso

Por despacho do Secretário de Estado do Turismo de 9 de Novembro de 2006, foi prorrogado o prazo de validade da utilidade turística atribuída, a título prévio, ao Hotel Olissipo Oriente, com a categoria de quatro estrelas, que a Sociedade Hoteleira Seoane, S. A., pretende levar a efeito, na Avenida de D. João II (parcela/ lote 1.03.2.2), freguesia de Santa Maria dos Olivais, em Lisboa.

A referida utilidade turística é, agora válida, até 23 de Abril de 2008, devendo o estabelecimento abrir ao público até 23 de Outubro de 2007.

A atribuição de utilidade turística prévia, do referido empreendimento foi concedida por despacho do Secretário de Estado do Turismo de 16 de Março de 2004, publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 96, de 23 de Abril de 2004.

21 de Novembro de 2006. — Pela Comissão de Utilidade Turística, *Margarida Carmo*. 3000220822

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral da Saúde

Hospital de Júlio de Matos

Despacho (extracto) n.º 88/2006

Por despacho de 27 de Setembro de 2006 da vogal executiva do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo:

Maria João Gouvêa Magão, educadora de infância do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E. — autorizada a sua transferência na mesma categoria para um lugar criado automaticamente, a extinguir quando vagar, conforme alínea b) do n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, para o quadro de pessoal do Hospital de Júlio de Matos, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

17 de Novembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria Armanda Miranda*. 3000221401

Despacho (extracto) n.º 89/2006

Por despacho de 1 de Agosto de 2006 da vogal executiva do conselho de administração da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo:

Maria José Cadavez, tesoureira, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura — autorizada a prorrogação da sua requisição por mais um ano, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

21 de Novembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria Armanda Miranda*. 3000221403

Edital

Para os devidos efeitos, informamos os herdeiros de Maria das Neves Ferreira, internada no Hospital de Júlio de Matos até 4 de Março de 2006, data do seu falecimento, que se encontra à disposição nesta

instituição o espólio deixado pela mesma, devendo os interessados ou seus representantes legais requerê-lo até 4 de Março de 2007.

22 de Novembro de 2006. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Maria Armanda Miranda*. 3000221405

TRIBUNAIS

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÁGUEDA

Anúncio

Processo n.º 1798/06.8TBAGD.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Requerente — Inerchapa — Indústria de Ferro e Chapa, S. A.

Insolvente — Rediquadra — Indústria Metalúrgica, L.ª

No Tribunal da Comarca de Águeda, 3.º Juízo de Águeda, no dia 23 de Novembro de 2006, às 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Rediquadra — Indústria Metalúrgica, L.ª, número de identificação fiscal 504337866, com endereço em Travassô, Águeda, 3750-755 Águeda, com sede na morada indicada.

São sócios gerentes da devedora José Francisco Rodrigues Neto, António da Graça Castilho e António José Pinheiro Moraes, a quem é fixado domicílio na morada da mesma.

Para administrador da insolvência é nomeado Rui Almeida, com endereço na Rua de 25 de Abril, 299, 3.º, direito, frente, 4420-356 Gondomar.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 17 de Janeiro de 2007, pelas 10 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

27 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Fernanda Wilson*. — O Oficial de Justiça, *José Alberto da Silva Lopes*.

3000221330

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BARCELOS

Anúncio

Processo n.º 3476/04.3TBBCLE-E.

Prestação de contas do administrador (CIRE).

Administrador da insolvência — José Batista Pereira.

Insolvente — Rodrigues Gomes e Filhos, L.º

A Dr.ª Susana Maria Mesquita Gonçalves, juíza de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Rodrigues Gomes e Filhos, L.º, número de identificação fiscal 504946374, com endereço no lugar do Balão, caixa n.º 101, 4755-356 Moure, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

27 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Susana Maria Mesquita Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, *Armando Jorge Franco da Cunha*.

3000221325

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BARCELOS

Anúncio

Processo n.º 5849/05.5TBBCLE-E.

Prestação de contas do administrador (CIRE).

Administrador da insolvência — Rui Almeida.

Insolvente — Agroideal — Comércio Agro Pecuário, L.º

O Dr. Artur Dionísio do Vale dos Santos Oliveira, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

28 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Artur Dionísio do Vale dos Santos Oliveira*. — O Oficial de Justiça, *Palмира Caridade*.

3000221329

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGANÇA

Anúncio

Processo n.º 385/03.7TBBCG.

Falência (requerida).

Requerente — Banco Comercial Português, S. A.

Requerida — Leonida Fernandes Machado Sena.

Dr.ª Sara Lígia Macedo Faria Guimarães, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Bragança, faz saber que são citados os credores da requerida Leonida Fernandes Machado Sena, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 184763789, bilhete de identidade n.º 10007414, com domicílio no Loteamento Varandas do Sabor, lote 2, 7.º, direito, Bragança, 5300-000 Bragança, para, no prazo de 10 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio no *Diário da República*, deduzirem oposição, justificarem os seus créditos, devendo oferecer logo os meios de prova de que disponham (artigo 20.º, n.ºs 2 e 3, do CPREFER).

A petição deu entrada na Secretaria em 10 de Março de 2003.

22 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Sara Lígia Macedo Faria Guimarães*. — A Oficial de Justiça, *Rita Pinto*.

3000221365

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE CASCAIS

Anúncio

Processo n.º 10748/05.8TBBCSC.

Insolvência de pessoa singular (requerida).

Requerente — Caixa Leasing e Factoring — Instituição Financeira de Crédito, S. A.

Insolvente — Jorge Manuel Serra Soares.

No Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Cascais, 2.º Juízo Cível de Cascais, no dia 24 de Outubro de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Jorge Manuel Serra Soares, bilhete de identidade n.º 2313479, com endereço na Estrada dos Sasseiros, lote 8, Carcavelos, 2775-000 Carcavelos, com domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado António Manuel Mendes Bernardo, com endereço na Avenida do Engenheiro Arantes e Oliveira, 4, 5.º, F, 1900-222 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;